

3. Documentos que comprovem o pleno exercício das atividades da entidade, nos últimos 3 (três) anos, compatíveis com o objeto pretendido, fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes, especificando as atividades realizadas, o grau de complexidade dos contratos e os resultados alcançados com os serviços executados;

a) a Resolução Conjunta SEPLAG/SES, nos termos estabelecidos no art. 6º deste Decreto, especificar a área de interesse, no âmbito da Saúde, para efeitos de comprovação técnica, podendo, ainda, determinar a apresentação de documentos complementares na área de atuação, sem prejuízo do atendimento às exigências previstas em processo seletivo, observado o estabelecido no parágrafo único do art. 14 da Lei nº 6.043, de 2011.

4) Declaração obrigando-se, caso vencedora do processo seletivo, a fazer as alterações estatutárias necessárias à qualificação definitiva.

Id: 1217434

**DECRETO Nº 43.262 DE 27 DE OUTUBRO DE 2011****TRANSFORMA, SEM AUMENTO DE DESPESA, CARGO EM COMISSÃO QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e tendo em vista o que consta do Processo nº E-03/12500/2011,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - Fica transformado, sem aumento de despesa, para atender a Superintendência de Orçamento e Finanças, da Subsecretaria Executiva, da Secretaria de Estado de Educação, 01 (um) cargo em comissão de Coordenador de Coordenação, símbolo DAS-8, da Coordenadoria de Controle e Registro de Contratos e Convênio, anteriormente ocupado por Maria das Graças Azevedo Semeraro Rito, matrícula nº 0907176-6, em 01 (um) cargo em comissão de Assistente, símbolo DAS-6 e 01 (um) cargo em comissão de Assistente II, símbolo DAI-6.

**Art. 2º** - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011

**SÉRGIO CABRAL**

Id: 1217435

**DECRETO Nº 43.263 DE 27 DE OUTUBRO DE 2011****REGULAMENTA O CONSELHO GESTOR DO PROGRAMA ESTADUAL DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS - CG, PREVISTO NO ART. 6º, § 5º, DA LEI Nº 5.068, DE 10 DE JULHO DE 2007, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, e considerando o estabelecido na Lei Estadual nº 5.068, de 10 de julho de 2007, em especial seu artigo 6º, § 5º,

**DECRETA:**

**Art. 1º** - O Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGP, instituído pelo art. 6º da Lei nº 5.068, de 10 de julho de 2007, fica regulamentado nos termos deste Decreto.

**Art. 2º** - O Conselho Gestor do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - CGP será subordinado à Chefe do Poder Executivo e terá em sua composição os seguintes membros efetivos:

I - o Secretário de Estado da Casa Civil;

II - o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão;

III - o Secretário de Estado de Desenvolvimento Econômico, Energia, Indústria e Serviços;

IV - o Secretário de Estado de Fazenda;

V - o Secretário de Estado de Obras;

VI - o Secretário de Estado do Ambiente;

VII - o Procurador-Geral do Estado.

**§ 1º** - O CGP será presidido pelo Secretário de Estado Chefe da Casa Civil, tendo como Vice-Presidente o Secretário de Estado de Planejamento e Gestão.

**§ 2º** - Integrará o CGP, na condição de membro eventual, o titular da Secretaria de Estado ou o dirigente da entidade da Administração Indireta, cuja área de competência seja pertinente ao objeto da parceria público privada em análise, hipótese na qual terá direito a voto nas deliberações do CGP.

**§ 3º** - Os membros do CGP a que se referem os incisos I a VII do *caput* deste artigo, nas suas ausências ou impedimentos, serão representados pelos seus substitutos legais.

**§ 4º** - A participação dos membros do CGP não será remunerada.

**§ 5º** - Aos membros do CGP será vedado participar de discussão e ter direito de voto em matéria da parceria público-privada na qual tenha interesse pessoal conflitante, sendo obrigado a comunicar aos demais membros do Conselho o seu impedimento e fazendo constar em ata a natureza e extensão do conflito.

**Art. 3º** - O CGP reunir-se-á sempre que for convocado por seu Presidente.

**§ 1º** - Os avisos de convocação para as reuniões do CGP indicarão a ordem do dia e serão entregues aos membros com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, acompanhados da documentação e informações relativas à matéria a ser apreciada.

**§ 2º** - Das reuniões do CGP serão lavradas atas em registro próprio, assinadas por todos os presentes e publicadas no Diário Oficial do Estado.

**§ 3º** - O Presidente do CGP poderá convocar representantes de órgãos ou de entidades, públicas ou privadas, para participar das reuniões sem direito a voto.

**Art. 4º** - O CGP deliberará por meio de Resoluções.

**§ 1º** - As deliberações do CGP serão tomadas por maioria de votos dos seus membros, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o de qualidade, observado o disposto no § 2º do art. 6º da Lei Estadual nº 5.068, de 10 de julho de 2007.

**§ 2º** - Ao Presidente, nos casos de urgência e relevante interesse público, será conferida a *providência* de deliberar sobre matérias de competência do CGP, *ad referendum* do Conselho.

**§ 3º** - as deliberações *ad referendum* do CGP deverão ser submetidas pelo Presidente ao Conselho, na primeira reunião subsequente à deliberação.

**Art. 5º** - Compete ao CGP, além do previsto no artigo 7º da Lei nº 5.068, de 10 de julho de 2007:

I - definir as prioridades e supervisionar as atividades do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - PROPAR;

II - fiscalizar as Secretarias, os Órgãos de Controle e as Agências Reguladoras, que encaminharão ao CGP, com periodicidade semestral, relatórios circunstanciados acerca da execução dos contratos de parceria público-privada em que sejam intervenientes;

III - requisitar dos órgãos e entidades contratantes ou fiscalizadoras, a qualquer tempo, informações sobre o cumprimento dos contratos de parceria público-privada.

IV - deliberar sobre propostas preliminares de projeto de PPP, com subsídios fornecidos pela Unidade de PPP e pelo órgão ou entidade interessados, autorizando a realização dos respectivos estudos técnicos;

V - aprovar os resultados dos estudos técnicos e minutas de edital e contrato, após manifestação formal da Unidade de PPP e pareceres dos Secretários de Estado e da Procuradoria Geral do Estado, nos

termos do § 2º do art. 8º da Lei nº 5.068, de 10 de julho de 2007, autorizando a abertura de consulta pública;

VI - requisitar servidores da administração estadual para apoio técnico ao PROPAR;

VII - fazer publicar o relatório anual detalhado de suas atividades;

VIII - deliberar sobre qualquer outra matéria de interesse do PROPAR, incluindo a fixação de condições e prazos para atendimento de suas determinações.

IX - instituir grupos e comissões temáticas, de caráter temporário, destinados ao estudo e à elaboração de propostas sobre matérias específicas:

a) o ato de instituição do grupo ou comissão temática estabelecerá seus objetivos específicos, sua composição e prazo de duração.

b) poderão ser convidados a participar dos trabalhos dos grupos ou comissões temáticas representantes da Unidade de PPP, e de órgãos e entidades, públicas ou privadas, relacionadas ao tema em estudo.

**Parágrafo Único** - A Secretaria Estadual de Fazenda remeterá ao CGP, com periodicidade semestral, relatório consolidado das ações, evolução patrimonial, demonstrações contábeis, rentabilidade, liquidez e demais fatos relevantes às garantias contratuais.

**Art. 6º** - Compete ao Presidente do CGP:

I - convocar e presidir as reuniões do CGP;

II - aprovar o encaminhamento das matérias ao CGP e definir a pauta das reuniões;

III - expedir e fazer publicar no Diário Oficial do Estado as normas e as deliberações aprovadas pelo CGP;

IV - submeter à apreciação e aprovação do CGP:

a) minutas dos relatórios semestrais a serem remetidos à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, detalhando as atividades desenvolvidas no período e o desempenho dos contratos celebrados no âmbito do Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - PROPAR;

b) minutas de Decretos sobre matérias de interesse do PROPAR;

c) relatórios semestrais de acompanhamento e execução do PROPAR.

V - encaminhar ao Governador as minutas e os relatórios a que se refere o inciso anterior;

VI - manifestar-se publicamente em nome do CGP;

VII - submeter, na primeira reunião da CGP, as decisões tomadas com base no artigo 4º § 2º deste Decreto.

**Art. 7º** - O CGP terá um Secretário Executivo indicado por seu Presidente, a quem caberá:

I - coordenar a preparação das informações e documentos necessários à análise das propostas preliminares de projetos de PPP, que serão submetidas ao CGP;

II - articular-se com a Unidade de PPP e os demais órgãos e entidades interessados;

III - enviar os avisos de convocação para as reuniões do CGP;

IV - secretariar e elaborar a ata das reuniões do CGP, providenciando em seguida a sua publicação no Diário Oficial do Estado;

V - minutar os atos expedidos pelo CGP;

VI - manter arquivo dos documentos submetidos ao CGP.

**Art. 8º** - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011

**SÉRGIO CABRAL**

Id: 1217436

**Atos do Governador****DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**RESOLVE:**

**Nomear SERGIO ZWEITER**, Advogado, para exercer o cargo em comissão de Secretário de Estado, símbolo SE, da Secretaria de Estado de Trabalho e Renda, anteriormente ocupado pelo próprio servidor.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO no uso de suas atribuições constitucionais e legais,

**RESOLVE:**

**DESIGNAR**, nos termos do art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, o Auditor Fiscal da Receita Estadual de 1ª Categoria **JOÃO CARLOS DO NASCIMENTO SILVA**, matrícula nº 0294773-7, para, sem prejuízo de suas atribuições, substituir eventualmente, o titular da Subsecretaria de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, Processo nº E-04/9925/2011.

**CESSAR OS EFEITOS** do Decreto de 08 de dezembro de 2010, publicado no D.O. de 09/12/2010, que designou, nos termos do art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, **HELIO HONORIO DE OLIVEIRA**, matrícula nº 0834592-8, para, sem prejuízo de suas atribuições, substituir eventualmente, o titular da Subsecretaria de Fazenda da Política Fiscal, da Secretaria de Estado de Fazenda.

**DESIGNAR**, nos termos do art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, o Auditor Fiscal da Receita Estadual de 2ª Categoria **SERGIO MAURICIO DINIS FERNANDES**, matrícula nº 0943991-0, para, sem prejuízo de suas atribuições, substituir eventualmente, o titular da Superintendência de Planejamento, Avaliação e Modernização, da Subsecretaria de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, nas suas faltas e impedimentos legais. Processo nº E-04/9981/2011.

**CESSAR OS EFEITOS** do Decreto de 03 de setembro de 2010, publicado no D.O. de 08/09/2010, que designou, nos termos do art. 35 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, **MARINO JOSÉ LEITE SIMÕES**, matrícula nº 0834592-8, para, sem prejuízo de suas atribuições, substituir eventualmente, o titular da Superintendência de Planejamento, Avaliação e Modernização, da Subsecretaria de Receita, da Secretaria de Estado de Fazenda, nas suas faltas e impedimentos legais. Processo nº E-04/9981/2011.

**DESIGNAR**, nos termos do art. 37 do Regulamento aprovado pelo Decreto nº 2.479, de 08/03/79, com a nova redação dada pelo Decreto nº 25.299, de 19/05/99, a Presidente da Fundação Anita Matiano de Artes do Estado do Rio de Janeiro - FUNARJ **EVA DORIS ROSENTHAL**, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder, internamente, pelo expediente da Superintendência de Artes, da Secretaria de Estado de Cultura, com validade a contar de 30 de outubro de 2011. Processo nº E-18/2086/2011.

**DESIGNAR**, com validade a contar de 07 de junho de 2011, o Subsecretário de Estado **LUIZ EDMUNDO HORTA BARBOSA COSTA LEITE**, matrícula nº 0921505-4, para, sem prejuízo de suas atribuições, substituir, eventualmente, o Secretário de Estado de Ciência e Tecnologia **Alexandre Aguiar Cardoso**, nas suas faltas e impedimentos legais. Processo nº E-26/310/2011.

Id: 1217438

**DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011**

**CONCEDE PROMOÇÃO AOS DELEGADOS DE POLÍCIA QUE MENCIONA, DO QUADRO PERMANENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, de acordo com o dis-

posto na Lei nº 1.500, de 21/08/89, e tendo em vista o que consta da CI/PCERJ/1209/268/2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Ficam promovidos, no Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, por Antiquidade e por Merecimento, os Delegados de Polícia mencionados no Anexo Único que acompanha este decreto.

**Art. 2º**- Os Delegados de Polícia, aos quais se refere o presente decreto, ficam investidos, automaticamente, nas novas classes.

**Art. 3º**- As promoções de que trata este decreto, efetuadas segundo o Edital definitivo de concorrentes, publicado no Diário Oficial de 05 de agosto de 2011, terão validade a contar de 21 de abril de 2011 e as vagas utilizadas serão as da Lei nº 3.586, de 21 de junho de 2001.

**Art. 4º**- O Órgão Setorial de Pessoal da Polícia Civil promoverá, oportunamente, apostila nos títulos dos servidores beneficiados por este decreto, independentemente dessa providência o pagamento das vantagens financeiras devidas desde a data de validade das promoções, na forma do artigo anterior.

**Art. 5º**- As despesas com este decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º**- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011

**SÉRGIO CABRAL****ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO DE 27/10/2011****DELEGADO DE POLÍCIA, DE 2ª PARA 1ª CLASSE****A CONTAR DE 21/04/2011****POR ANTIGUIDADE**

MATRÍCULA	NOME
0.815.840-4	Cláudio Vieira de Campos
0.815-903-0	Renato Soares Vieira
0.815.892-5	Marcus Drucker Brandão
0.811.761-6	Juarez Rodrigues Cardoso Vieira

**POR MERECIMENTO**

MATRÍCULA	NOME
0.815.933-7	Tércia Amodeo Silveira
0.853.064-4	Márcia Noeli Barreto
0.860.501-6	Thalania Vieira Maciel Cardozo Losch
0.860.874-7	Valéria de Aragão Sádio
0.853.050-3	José Luiz Coutinho de Carvalho
0.871.609-4	Gisélia Cristina Martins Miranda

**DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011**

**CONCEDE PROMOÇÃO AOS DELEGADOS DE POLÍCIA QUE MENCIONA, DO QUADRO PERMANENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, de acordo com o disposto na Lei nº 1.500, de 21/8/89, e suas alterações, e tendo em vista o que consta da CI/PCERJ/1209/269/2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º** - Ficam promovidos, no Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, por Antiquidade e por Merecimento, os Delegados de Polícia mencionados no Anexo Único que acompanha este decreto.

**Art. 2º** - Os Delegados de Polícia aos quais se refere o presente decreto ficam investidos, automaticamente, nas novas classes.

**Art. 3º** - As promoções de que trata este decreto, efetuadas segundo o Edital definitivo de concorrentes, publicado no Diário Oficial de 05 de agosto de 2011, terão validade a contar de 29 de setembro de 2010 e as vagas utilizadas são as da Lei nº 3.586, de 21 de junho de 2001.

**Art. 4º** - O Órgão Setorial de Pessoal da Polícia Civil promoverá, oportunamente, apostila nos títulos dos servidores beneficiados por este decreto, independentemente dessa providência o pagamento das vantagens financeiras devidas desde a data de validade das promoções, na forma do artigo anterior.

**Art. 5º** - As despesas com este decreto correrão à conta de dotações orçamentárias próprias.

**Art. 6º** - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de outubro de 2011

**SÉRGIO CABRAL****ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE O DECRETO DE 27/10/2011****DELEGADO DE POLÍCIA, DE 3ª PARA 2ª CLASSE****A CONTAR DE 29/09/2010****POR ANTIGUIDADE**

MATRÍCULA	NOME
0.946.487-6	Paulo Roberto Mendes Junior
0.946.489-2	Suzy Leite Cunha de Miranda
0.946.490-0	Renata Silva Montenegro
0.946.492-6	Robinson Gomes Pereira
0.946.493-4	Vilson de Almeida Silva
0.946.495-9	Adriano Marcelo Firmo França
0.946.497-5	Pablo Dacosta Sartori

**POR MERECIMENTO**

MATRÍCULA	NOME
0.946.499-1	Kristiano de Souza Jotta
0.946.502-2	Giselle do Espírito Santo
0.946.503-0	Tatiane Damaris Sobrinho Damasceno Furtado
0.946.507-1	Madeleine Farias Rangel
0.946.519-6	Ronaldo Aparecido Ferreira Brito
0.946.524-6	Mário Jorge Ribeiro de Andrade
0.946.525-3	Gintlon Lages

**DECRETO DE 27 DE OUTUBRO DE 2011**

**CONCEDE PROMOÇÃO POR ANTIGUIDADE AO DELEGADO DE POLÍCIA QUE MENCIONA, DO QUADRO PERMANENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.**

O GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, de acordo com o disposto na Lei nº 1.500, de 21/8/89 e suas alterações posteriores, e tendo em vista o que consta na CI/PCERJ/1209/270/2011,

**RESOLVE:**

**Art. 1º**- Fica promovido, no Quadro Permanente da Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro, por Antiquidade, o Delegado de Polícia **LUIZ HENRIQUE FERREIRA GUIMARÃES**, Mat. 946.500-6.

**Art. 2º**- O Delegado de Polícia, ao qual se refere o presente decreto, fica investido, automaticamente, na nova classe.